

# ELABORAÇÃO DE UMA QUESTÃO DISCURSIVA: UM PROCEDIMENTO

Waldemir Lopes de Andrade\*

## 1.0 Introdução

A COPERVE/PB, há anos, vem adotando o modelo de concurso vestibular unificado, em âmbito regional, com a participação das três principais instituições de ensino superior do Estado: a Universidade Regional do Nordeste – URNE, com sede em Campina Grande –; os Institutos Paraibanos de Educação – IPE, sediados na Capital – e a Universidade Federal da Paraíba, a maior delas, com seus 7 “campi”, espalhados ao longo do território paraibano que se estende, do litoral ao alto sertão, numa extensa faixa de 480 kms.

Com uma demanda sempre crescente, o número de candidatos já ultrapassa os 30.000, muito embora a oferta, ligeiramente estacionária, se situe na casa de 6.444 vagas, distribuídas por quase uma centena de cursos integrantes das áreas humanística, biocientífica e tecnológica. Outras instituições, de menor porte – faculdades e escolas isoladas – vêm insistindo em realizar a sua própria seleção.

## 2.0 Integração com o 1º e 2º graus

Consciente do papel que vem exercendo junto às escolas de 1º e 2º graus, para elas a COPERVE tem-se voltado, promovendo, periodicamente, encontros e seminários. Assim, significativas representações docentes, integrantes da rede estadual e particular de ensino, da capital e do interior, passam a participar de todo um processo seletivo da grande massa de aspirantes aos bancos da Universidade.

O debate amplo e as discussões sobre o nível de complexidade do conteúdo, observado em concursos anteriores, com vistas ao atendimento das exigências da escolaridade de 2º grau, têm

---

\*Professor Titular da Universidade Federal da Paraíba e membro da COPERVE.

ensejado os mais animadores resultados, além de favorável repercussão entre o numeroso público interessado.

As críticas e sugestões, que representam a melhor colaboração emprestada por esses professores dos principais estabelecimentos oficiais de ensino, serão objeto de acurado exame e análise, visando-se ao aprimoramento de todo o processo do concurso vestibular subsequente.

### 3.0 A prova de Comunicação e Expressão

Incluída obrigatoriamente nos concursos vestibulares por força de decreto — talvez, por isso mesmo ainda sobreviva —, a questão de redação em língua portuguesa vem constituindo, com raras exceções, grande preocupação e ocupação maior dos órgãos promotores de concurso vestibular.

Acatada por uns, subestimada por outros e contestada inclusive por expressivas autoridades em testes e medidas educacionais, a redação, como instrumento de avaliação, vem destoando de todo um punhado de medidas comuns, relativas às demais provas de conteúdo. Polêmico e, em todos os aspectos, oneroso, o teste de redação tem sido, não obstante, um mal necessário.

De fato, “aferir” o conhecimento do idioma nacional, como instrumento de comunicação e como expressão de cultura brasileira, deve constituir tarefa das mais árduas, senão um permanente desafio para professores e especialistas no assunto. Questiona-se o modelo posto em prática, da mesma forma que se pode questionar uma avaliação “horizontal” e, ao mesmo tempo, “vertical”, obtida mediante questões de múltipla escolha, mesmo elaboradas dentro do máximo rigor de técnica.

Como disciplina complexa, é de pressupor a validade de um complexo de alternativas que visam à avaliação das “habilidades comunicadoras”. Tais habilidades estão, sem dúvida, diretamente afetas à capacidade de “codificação” e “decodificação” da mensagem, o que implicará necessariamente o conhecimento de todo um mecanismo de um sistema lingüístico e seu funcionamento.

Para a COPERVE, a prova de Comunicação e Expressão, no que tange à língua portuguesa e literatura brasileira, está assim organizada: como primeira redação, sob o tipo de resposta-livre, um “resumo”, com cerca de 05 linhas, de um texto de base; uma segunda redação, sobre tríplice tema, gerado pelo texto de base, e que possibilita a opção dos candidatos entre “descrição”, “narração” e “dissertação”; uma terceira questão de livre expressão, sobre o conteúdo, a ser desenvolvida pelos candidatos e, finalmente, as questões de múltipla escolha, com respostas em cartão IBM, buscando explorar — respeitada, obviamente, a exigüidade do tempo — o programa em toda a sua extensão.

A adoção de tão variados recursos, ao lado do aspecto político, pode refletir — como de fato reflete — a consciência da precariedade ou ineficácia de um único modelo.

A prova, assim elaborada, destina-se a medir a capacidade de o candidato, através da leitura, inicialmente, decodificar o significado de palavras e frases, com vistas à eficiente interpretação da mensagem proposta, numa demonstração, ao mesmo tempo, de determinados automatismos, habilidades e atitudes lingüísticas.

### 4.0 O texto

Paralelamente à decifração do símbolo impresso, a tarefa do texto, além de provocar o desenvolvimento de processos mentais, leva a pensar, motivando o candidato a trabalhar com inteligência e sensibilidade. E mais do que isso: um texto realmente adequado pode levar o leitor a avaliar, julgar, apreciar, recriar e a trabalhar, com eficiência, as informações dele obtidas.

Textos assim entendidos, inteligentes, que enriquecem a maneira de conceber o mundo e as coisas, que ampliam e acrescentam interesses, que levantam indagações, que interrogam, que questionam e que apresentam a vida de maneira positiva, estão naturalmente a oferecer situações que apelam para a inteligência e para a imaginação.

Da leitura eficiente do texto passa-se aos níveis de trabalho mental dele decorrente: a tradução ou simples compreensão, a interpretação, a análise, a síntese, a avaliação e a extrapolação, nesta inserindo-se a “recriação” ou a “reconstituição”. A sua adoção justifica-se, pois, como valioso instrumento de trabalho, base para um mais completo processo de avaliação de conhecimentos lingüísticos.

## 5.0 O resumo

O texto escolhido – no último concurso, explorou-se um fragmento narrativo, de 28 linhas, extraído de *Apólogos*, de Coelho Neto – serve de base a todas as questões. E a primeira delas, como já se disse, é o “resumo” discursivo, cujo principal objetivo é “avaliar a capacidade de compreensão do texto, através da seleção do núcleo e da expressão em língua portuguesa”, uma vez que “conteúdo” e “forma” caminham juntos, indissociáveis. Busca-se, através deste procedimento, testar do candidato a sua capacidade de leitura, voltada para a essência do texto, podendo-se afastar ou pôr de lado outros tipos de operações mentais, a nível da cadeia sintagmática.

Põe-se em evidência a importância da leitura, da boa leitura, da exata compreensão que resulta de naturais experiências lingüísticas. E o ato da leitura, entendido como uma recepção da mensagem contida no texto, pressupõe desenvolvimento adequado da expressão oral, com fortes reflexos na expressão escrita, sobretudo, se se leva em conta que o texto apresenta-se sempre sob uma roupagem de língua formal.

Esse tipo de questão – resumo de um texto dado – solicita do candidato esforço mental, o que será evidenciado através da demonstração da capacidade de decodificação da escrita, bem como de oportuno tratamento dos elementos nucleares, sem o recurso da transcrição de frases. Ao mesmo tempo, desprezam-se os elementos secundários, simples caracterizações, informações meramente adicionais, em favor do que representa a essência do texto, traduzida pelas unidades componentes do verdadeiro núcleo. De certo modo, válida é a interpretação representativa de uma segura compreensão do texto, da qual se pode depreender o núcleo subjacente, mesmo que a seqüência dos fatos fuja à ordem do texto ou mesmo à ordem cronológica.

Do ponto de vista da linguagem, e no que tange à sintaxe narrativa, pode-se igualmente observar a capacidade de dispor o candidato os segmentos constitutivos do fio narrativo nuclear, numa ordem crescente ou decrescente dos fatos, o que, decerto, determinará a originalidade e/ou criatividade na forma, produzindo novos e diversos efeitos de linguagem, a marcar, talvez, um estilo pessoal.

A esses efeitos estéticos associam-se outras qualidades, objeto de observação para fins de avaliação, tanto quanto na questão de redação propriamente dita, relacionadas com os instrumentos lexicais e instrumentos gramaticais: o uso do vocabulário, os aspectos semânticos e morfo-sintáticos, a ortografia, as pausas representadas pelos sinais de pontuação, o uso dos conectivos, o correto emprego dos tempos e modos verbais, enfim, os legítimos arranjos fraseológicos.

## 6.0 A redação

É precisamente nesta questão que mais se concentra a atenção e preocupação dos candidatos e da banca examinadora. A este complexo e discutido instrumento de avaliação soma-se a necessidade de reflexão sobre o planejamento e formulação deste modelo de questão, de significativa importância do ponto de vista lingüístico.

Gerados pelo texto de base, os temas passam a ser desenvolvidos num espaço de aproximadamente 25 linhas.

A finalidade desta segunda redação é, basicamente, “avaliar a capacidade de expressão em língua portuguesa”, associada, evidentemente, ao seu conteúdo, porque, como já se disse, “forma” e “fundo” são inseparáveis.

Através desta “expressão escrita”, o candidato não só se comunica, por meio da mensagem apresentada, mas através do conteúdo dela, terá a oportunidade de evidenciar a sua “exteriorização psíquica”, utilizando-se, normalmente, do uso padrão da linguagem culta.

Por meio do código escrito, dá-se a comunicação e, possivelmente, a “comunicação com expressão”, de que resultará a seleção de idéias e formas lingüísticas, definidas numa apresentação gráfica.

Entretanto, qualquer que seja o texto escrito, este apresenta-se necessariamente sob as formas de *descrição*, *narração* e *dissertação*.

Por definição, a “descrição” é uma seqüência de aspectos, uma sucessão de quadros, de cenas. Através desta modalidade de composição, reproduzem-se cenas da natureza, de figuras humanas, de animais, de objetos. A “descrição” traduz a experiência de quem escreve, e que resulta da observação fiel de fatos e fenômenos do mundo físico e moral. Os “relatórios”, resultantes de aulas práticas, são legítimas descrições. É natural que este tipo de composição se ajuste bem ao gosto de pessoas dotadas de maior senso de observação, sensíveis aos “detalhes” e possuidoras de certa visão descritiva do mundo e das coisas que as rodeiam.

Já a “narração” é, em princípio, a forma de composição em que predomina a seqüência de fatos, acontecimentos ou episódios, sejam mesmo imaginários. É a modalidade de composição, através da qual se expõe ou se relata um fato, enumerando-se as circunstâncias: os antecedentes, os atos concomitantes e os subseqüentes. É a forma mais simples de dizer. As pessoas estão sempre a “narrar”. Os fatos e os acontecimentos do cotidiano, do dia a dia, são “narrados” com relativa facilidade. Daí, por que a capacidade de “narrar” é, em maior ou menor grau, inerente a qualquer pessoa: é comum citarem-se os fatos que se passam ou que se presenciam, embora sem a devida “disciplina”, prejudicada que é, muitas vezes, pelas minudências ou pormenores inúteis.

Nesta forma de composição, o campo para reflexão é bem maior do que na “descrição”, uma vez que esta, não raro, se insere naquela.

O terceiro tipo ou forma de composição — a “dissertação” — vai corresponder, didaticamente, a uma metódica e ordenada exposição de idéias sobre determinado assunto, em torno do que se podem apresentar ou desenvolver opiniões pessoais. Em se tratando de um modelo mais racional, é comum observar-se nele um “princípio”, um “desenvolvimento” e uma “conclusão”, predominando, por parte do emissor, ora o interesse das idéias e dos conceitos, ora o interesse de fornecer informações ou dado concreto sobre determinado assunto ou motivo.

Pelo fato de ser a “dissertação” a composição que está a envolver temas de natureza científica, filosófica, moral, religiosa, social, legislativa, artística, literária, etc., tem-se constituído, via de regra, o modelo preferido e mais comum nas estruturas escolares e acadêmicas, e, também, nos concursos vestibulares, excluindo-se, desta maneira, quase sempre, a opção de um desenvolvimento narrativo ou descritivo.

Assim, não parece justa a imposição de um tema “dissertativo”, de natureza filosófica ou literária, a candidatos cujas tendências, habilidades ou aptidões os conduziram, espontaneamente, às áreas biomédica ou tecnológica. Da mesma sorte, é pouco provável que candidatos aos cursos de Música ou Pedagogia logrem resultados satisfatórios, quando “obrigados” a escrever sobre temas estrita ou especificamente científicos. Por outro lado, temas de natureza “narrativa” ou “descritiva” concretos, comuns, estariam na iminência de “coincidem” com modelos “pré-fabricados”.

## 7.0 Conclusão

Por estas razões, ao adotar-se a prática de três temas, em que predomine, respectivamente, cada uma dessas formas de composição, está-se defendendo o direito de o candidato “escrever” e, conseqüentemente, ser “julgado” sobre aquilo que fez e não sobre o que deixou de fazer.

Como atenuante da argumentação que se apóia no uso de “peso e medida diferentes”, há a ressaltar as divisões ou agrupamentos dentro da própria Universidade, decorrentes ora da sistemá-

tica do Vestibular, ora da própria estrutura acadêmica da Instituição: as diferentes áreas de conhecimento, a diversificação de pesos para fins de classificação, a maior demanda para os cursos considerados "nobres", etc.

Assim sendo, poder-se-ia questionar o rigor da validade da prática de um tema único destinado a uma massa de candidatos que já se acham agrupados entre si.

Este o caminho que tem direcionado, nos três últimos anos, o Concurso Vestibular Unificado, de âmbito regional, na Paraíba. Com este procedimento, a COPERVE está segura de que, se não faz o melhor, faz o que lhe parece melhor.